

## **A greve docente de 1982 no RS: a dura repressão e a quebra da legitimidade**

Mauro Luiz Barbosa Marques<sup>1</sup>

**Resumo:** A partir de 1979, a categoria docente estadual no Rio Grande do Sul protagonizou importantes movimentos grevistas num período no qual estas eram proibidas em lei. Após duas greves vitoriosas, a greve de 1982 foi severamente reprimida refletindo ainda resíduos autoritários, apesar da propalada 'abertura' da época. Houve ameaça de intervenção da entidade docente e toda deslegitimação que levaram ao recuo do movimento na época. Assim, se insere no contexto de relação entre Estado autoritário e tentativas de movimento reivindicatório ainda no ocaso do período militar. É esperado perceber esta relação e a manutenção do aparato e características repressivas mesmo no ano de 1982.

**Palavras-chave:** greves, autoritarismo, sindicalismo.

### **Introdução**

Os docentes da rede pública estadual do Rio Grande do Sul consolidaram três greves ainda sob o período militar nos anos 1979, 1980 e 1982. Tais movimentos não foram fatos isolados, mas parte de um contexto nacional. O final da década de 1970 se destacou como um período de ampliação das lutas sindicais especialmente no ABC Paulista. Importa ressaltar que as lutas do mundo sindical foram um dos tentáculos fundamentais para retirar as forças e diminuir a legitimidade do regime militar ainda vigente.

O presente artigo visa contextualizar a greve do ano de 1982 a qual, diferentemente das duas anteriores, teve uma repressão rápida e implacável por parte do regime autoritário, de seus representantes estaduais e do arcabouço legal repressivo vigente. Para este objetivo, são utilizadas fontes do debate legislativo e da imprensa na época, buscando situar o debate na sociedade e o desenrolar deste conflito.

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS – Porto Alegre/RS) e Doutorando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS – São Leopoldo/RS). Docente no CEEPRO Visconde de São Leopoldo. O presente artigo é parte da tese em fase de elaboração “Ao som das sinetas: do sacerdócio à confiança na luta. Movimentos docentes na rede pública estadual do Rio Grande do Sul (1979 – 1991)”. Contato: mauro.238@hotmail.com.

## **Sobre o regime militar**

Eram proibidas tanto a sindicalização como as greves dos servidores públicos. Assim, os docentes organizaram “associações” e quebraram a legislação anti greves com a legitimação de seus movimentos, muito além da legalidade. Tal legitimidade acabava sendo reconhecida mesmo por integrantes do regime e dos governos em inúmeras situações.

Na greve de 1982 foi diferente e tal legitimidade foi quebrada por uma ação organizada e rápida da ditadura militar e sua legislação autoritária. CAUBET (1980, p. 14-15) afirma que tais regimes, característicos em nossa região planetária naquela altura, “se dotaram de aparelhos repressivos extremamente cruéis e degradantes, praticaram a cassação, o banimento, a tortura, a liquidação física dos oponentes e o desaparecimento forçado das pessoas”.

Em 1982, tal regime estava debilitado e em seus momentos finais, mas o exemplo desenvolvido nesta pesquisa demonstra que ainda havia possibilidade de ações autoritárias típicas do período de exceção. Vale ressaltar que do ponto de vista dos trabalhadores, os militares e civis instalados no poder após 1964 por um lado estimularam a abertura acelerada aos financiamentos externos visando rápida industrialização e por outro ampliaram o arrocho salarial e a superexploração. Fatores que aumentaram “as desigualdades sociais e pauperizou boa parte dos trabalhadores brasileiros” (RIDENTI, 1993, p. 168).

A gestão econômica ditada especificamente pelo FMI foi marcada pela “má distribuição da renda, pelo endividamento externo, pela concentração da propriedade e pela ausência de liberdades essenciais” (PETERSEN, 1984, p. 68). Apenas como exemplo, entre “1964 e 1981 a dívida externa aumentou 25 vezes, e a inflação atingia níveis elevados (77% em 1979 e 110% em 1980) somada à recessão” (SOARES, 2002, p. 54).

A partir das imensas dificuldades do próprio regime, especialmente na gestão Ernesto Geisel (1974-1979), iniciou-se o que os militares definiram como ‘abertura política’ e que ANTUNES (1988, p. 126) conceitua como um passo importante para uma espécie de “auto-reforma da estrutura política da autocracia burguesa”, de ‘democratização por dentro da ditadura’, uma transição lenta e gradual, capaz de soldar as necessidades de rearranjo político entre os interesses diferenciados das frações burguesas, preservando-se a estabilidade da ordem.

De qualquer forma, a propalada ‘abertura’ permitiu a retomada de organização e mobilização de diversos setores da sociedade, pois “grupos sociais cada vez mais amplos, beneficiando-se da liberdade que se alargava, trataram de proteger-se contra a deterioração de

sua posição relativa na sociedade” (LAMOUNIER, 1990, p. 15). Foi um período de multiplicação de associações de bairro, sindicatos, movimentos contra o custo de vida, pela moradia, pela terra, entre outros.

Junto a isso, um dos fatores do distencionamento da ditadura militar foi o cancelamento do AI-5 e o relaxamento da censura. Estes fatores não significaram uma total abertura, como demonstrado no tratamento à greve de 1982 no Rio Grande do Sul. KUSHNIR (2004, p. 140) relata que:

Mesmo com a decretação formal do fim do AI-5 e de outros ‘entulhos autoritários’ em dezembro de 1978, as marcas que todo esse processo deixou na sociedade brasileira permaneceram. Pode-se afirmar que a legislação autoritária existiu porque uma parcela conservadora da sociedade clamava por essas ações repressivas e/ou preferia fechar os olhos para a sua existência.

Apesar de debilitado, o regime militar fez o enfrentamento com a organização e ações críticas dos trabalhadores e conforme REZENDE (2001, p. 312), os movimentos contestatórios do período da abertura e as greves, “eram mostrados pelo regime como uma afronta ao seu sistema de idéias e valores da família brasileira, aos pressupostos de bem comum e aos elementos garantidores da felicidade de todos os brasileiros”. Por isso, diversas vezes tais mobilizações foram reprimidas, visto que a “contestação é vista como um ataque sistemático ao próprio regime, sendo, portanto, ilegítima e sujeita às medidas repressivas do Estado que derivam do princípio de autodefesa” (STEPAN, 1986, p. 62).

Ameaças de punições estiveram sempre no contexto das greves dos educadores no Rio Grande do Sul e nas demais categorias. Nada disso impediu que tais movimentos ocorressem no Estado e em todo o país, pois ao final dos anos 70 e início dos 80 acirrou-se a crise econômica e as demandas sindicais e políticas. Tais fenômenos incidiram sobre a categoria dos trabalhadores em educação no Rio Grande do Sul.

A origem dos movimentos grevistas dos educadores no Rio Grande do Sul está em todo este contexto somado a peculiar gravidade da sua situação social. Com o passar dos anos e pela experiência das lutas somou-se a isso uma capacidade de organização através de uma associação com perfil de sindicato atuante e espraiado em todas as regiões do Estado.

A partir da greve de 1979 começou a pavimentação do caminho das tradições mobilizatórias da categoria estadual e abriu o período no qual as mobilizações dos educadores

estaduais dividiram corações e mentes na sociedade rio-grandense entre apoiadores e opositores.

Do ponto de vista político, tais greves ocorridas ao final do período militar dividiram argumentos entre dois campos distintos: o da legitimidade e o da legalidade. Por outro lado, mesmo o regime sentia a pressão popular dos movimentos que não paravam de ocorrer a partir do final dos anos 1970 em todo país. Essa dicotomia também esteve presente nas greves da educação no Rio Grande do Sul.

### **A greve de 1982: a dura repressão do velho regime**

O elemento político ficou bem mais claro na greve docente de 1982 e, para o governo, o movimento teria penas uma origem emotiva e passional. Era um ano eleitoral, quando os governadores estaduais seriam eleitos após muitos anos de eleições indiretas e indicações do governo militar. Também a adesão à greve de 1982 foi menor, se comparada às anteriores.

Naquela altura, a luta pelos 2,5 salários mínimos como básico salarial já estava como base das pautas de reivindicações, assim como a paridade com os demais servidores de nível superior. Para o CPERS,<sup>2</sup> associação representativa da categoria, o governo não cumpria o acordado na greve anterior, no ano de 1980. Era o chamado '*acordo/80*'. Por esta pauta de reivindicações, mais de 20 mil professores definiram por cinco dias de greve na assembleia estadual de 18 de março de 1982.

No mesmo dia, nota oficial do governo do Estado na capa dos jornais afirmava que a greve a partir da assembleia seria um 'boato' e que "o motivo da pretendida greve não é a obtenção de melhores salários para o magistério. Uma classe inteira está sendo manipulada para que uns poucos obtenham notoriedade e benefícios eleitoreiros".

Por sua vez, o editorial de Zero Hora,<sup>3</sup> resgatava seus posicionamentos em greves anteriores ao comentar a assembleia e o movimento docente: "Certamente, o que se espera

---

<sup>2</sup> O CPERS foi fundado em 21 de abril de 1945, inicialmente como CPPE (Centro dos Professores Primários do Estado) quando cerca de 6 mil pessoas atuavam no magistério estadual. Em 1966, novo estatuto criou a sigla CPPERS (Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul), visando a ampliação da base sindical da entidade indo além da rede estadual. Nos anos 1970, passou a agregar os professores de todos os níveis, não apenas os professores primários, quando surgiu a atual denominação CPERS (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul), oficialmente tornado sindicato apenas em 1989 (assim, a denominação passou a ser CPERS/Sindicato). Vale ressaltar que o CPERS, *de fato*, sempre foi o legítimo representante da categoria devido o número de sócios e o perfil claramente sindical (ver PACHECO: 1993).

<sup>3</sup> Zero Hora (ZH) foi fundada em 1964, após o fechamento do jornal Última Hora pelo regime militar, especialmente por estar vinculado ao projeto nacionalista de João Goulart. As origens deste jornal estão vinculadas a Maurício Sirotsky Sobrinho que, em 1940, controlava alto-falantes no centro da cidade de Passo Fundo. Em 1966 ele se associou a ZH e em 1969 consolidou seu controle acionário. Tornou-se o jornal de maior

desta reunião é uma decisão ponderada, uma atitude sensata que não venha a ocasionar prejuízos ao conjunto da sociedade”. ZH reconhecia os movimentos sociais, os quais deveriam ser moderados e reflexivos, e destacava mais uma vez as dificuldades do erário público.

Na página 37, artigo publicado ‘a pedido’ do jornalista Rogério Mendelski – também publicado em outros jornais - tem um conteúdo fortemente em oposição à greve do CPERS, clamando pelo cumprimento da lei temendo pelas consequências deste processo: “A sociedade brasileira - e gaúcha – que tanto tem lutado para que este país volte a sua plenitude legal e democrática, não vai tolerar que a lei seja rompida por líderes de uma classe que desejam apenas ‘vingança’”.

Apesar dos apelos contrários, a assembleia dos professores definiu por uma greve de cinco dias. Houve um forte movimento no sentido de considerar esta greve apenas como um movimento político, especialmente pela realização de eleições ao final daquele ano. Por seu turno, ZH comemorava ser uma greve de duração delimitada e não indefinida: “(...) a greve determinada ontem, durante a assembleia dos professores, não possui o caráter inflexível de levar o Governo novamente à mesa de negociações, forçoso é reconhecer que se trata mais de movimento de protesto, até mesmo, simbólico” (ZH, editorial de 19/3/82, p. 2).

Foram cerca de 24 mil presentes (estimativa do periódico) nesta assembleia. Em 20/3/82, nota paga pelo governo foi vista na capa de ZH assim como de outros jornais. Nela, ficava clara a ameaça de intervenção, demissão e repressão à greve:

Haverá aulas, normalmente, em toda a rede escolar pública do Estado do Rio Grande do Sul, segunda feira e nos dias subsequentes. O Governo do Estado assegurará o direito de ir e vir a alunos e professores, não permitindo a formação de piquetes à frente dos colégios ou manifestações de incitação à greve. (...) Os professores que (...) NÃO DEREM AULAS, terão seu ponto cortado, nos termos da lei. (...) Os professores contratados que não comparecerem à escola para DAR AULA estarão sujeitos à rescisão de seus contratos (...).

Na mesma capa, salários de dirigentes da entidade foram divulgados,<sup>4</sup> num ato surreal na tentativa de mostrar os ‘altos salários’ dos líderes do movimento. A posição do Presidente

---

tiragem e venda avulsa a partir de 1982 (ano analisado neste artigo) e se afirmou como principal periódico no Estado do Rio Grande do Sul (ver FONSECA, 2008).

<sup>4</sup> Sem assinatura e registrado como um “A PEDIDO”, tal nota, em forma retangular ao final da página, registrou salários de lideranças da categoria como Paulo Egon, Tereza Noronha, Hermes Zaneti e Zilah Totta. Também mostrava como o governo ampliou o investimento em salários: em 1979, eram cerca de 598 milhões de cruzeiros como média mensal e em 1982 chegou a 5.844.000 de cruzeiros, quase dez vezes mais (nota do autor).

da Assembléia Legislativa, membro da oposição estadual, também teve nota paga na mesma capa. Percebe-se acirrada disputa ao redor do debate da legitimidade da greve daquele ano: “As ameaças feitas ao magistério e ao Cpers, com a invocação, inclusive, da Lei de Segurança Nacional, indicam que o Governo prefere recorrer ao arsenal do arbítrio, ainda remanescente, a parlamentar e dialogar”.

Seguindo na sua linha repressiva, o governo anunciou o ‘Decreto de Suspensão’ do CPERS na capa de 23/3/82: “A decisão de suspender as atividades do CPERS foi tomada no fim da tarde de ontem durante audiência que o Presidente da República concedeu ao Ministro Ibrahim Abi Ackel”.

O governo de Estado prometeu e logo que pôde agiu no sentido de colocar a greve na ilegalidade. Assim, com a ajuda do Ministério do Trabalho, consolidou a intervenção e fechamento do CPERS a partir do tal decreto, recurso jurídico da chamada ‘Lei de Segurança Nacional’ da época. O fechamento efetivo da entidade apenas foi freado a partir do anúncio de nova assembléia da categoria.

As manchetes de capa de ZH em 23/3/82 foram esclarecedoras neste sentido: “Ministro da Justiça diz que é iminente fechamento do CPERS: INTERVENÇÃO LEVA MAGISTÉRIO HOJE A NOVA ASSEMBLÉIA”.

Além da decisiva intenção repressiva do regime militar, já bastante desgastado, um fator determinante para as dificuldades da greve de 1982 foi sua adesão, bastante inferior às greves anteriores. Assim, com forte ameaça de fechamento de sua entidade, os professores retornaram às aulas após dois dias de paralisação, decisão tomada na assembléia de 23/3/82. Tal decisão, numa reunião com cerca de cinco mil presentes, também significou o recuo da repressão e da possibilidade de perdas organizativas a partir da suspensão da associação classista.

ZH não se posicionou nos dias anteriores, mas ao final da greve lançou mais um editorial elogiando o recuo do CPERS e justificando os encaminhamentos do governo:

(...) elogiável capacidade de se situar diante de um quadro que, ao fim e ao cabo, acabaria resultando contrário a seus próprios interesses. (...). Cabe ao Poder o cumprimento da Lei. (...) quando a normalidade volta a imperar, quando desaparecem as tensões e apagam-se as apreensões, as condições se tornam propícias para o entendimento aberto, leal e franco, como sempre foram as tradições gaúchas (ZH, editorial ‘Volta ao bom senso’, 24/3/82, p. 2).

Apesar da repressão, para ZH tudo agora voltaria a ser ‘franco, leal e aberto’. Assim concluiu o editorial sugerindo o reatamento do diálogo, após esta ‘normalização’. O suposto diálogo ocorreu, mas sempre com o destaque – por parte do governo - da ilegalidade dos movimentos grevistas chocando-os com sua legitimidade, em geral reconhecida. Nesta balança, o discurso legalista era dominante.

Isso se confirma neste documento oficial:

A greve, nos serviços públicos é vedada (...) em qualquer de suas espécies, mesmo que eufemisticamente tenha o nome de “paralisação”. Ao deflagrar a greve (...) o CPERS fez com que os professores infringissem seu próprio Estatuto, a Constituição e o Estatuto do Funcionário Público Civil, aplicável, na espécie, ao magistério, pois os que assim agiram voltaram-se contra a lei, olvidando que a Educação é atividade essencial, e que o Sistema Estadual de Ensino não pode ficar constantemente à mercê de deliberações emotivas e passionais.<sup>5</sup>

Estes editoriais tão parciais publicados em ZH ano confirmaram certos conceitos desenvolvidos por uma série de autores sobre as empresas de jornalismo, as quais atuam efetivamente como instituições privadas dependentes de anunciantes e patrocinadores (entre estes os governos em todos os níveis). Os editoriais citados de ZH são um exemplo de como pode um periódico estar comprometido com posições do poder político dominante em dada conjuntura de crise (ver AQUINO, 1999).

Apesar do recuo em relação o fechamento da entidade, os descontos de salário referentes aos dias de paralisação seguiram sendo alvo de debate entre governo e grevistas, sendo resolvido apenas bem mais adiante. As ameaças do Secretário de Justiça, Celestino Goulart, durante a greve foram constantes e registradas em reportagens no Jornal Correio do Povo<sup>6</sup>, outro jornal de circulação estadual:

(...) é evidente que, se as posições se radicalizarem, o secretário da Justiça tratará do assunto, (...) devemos, acima de tudo, crer no patriotismo dos professores, na possibilidade deles nos auxiliarem para que o Rio Grande do

---

<sup>5</sup> Ofício da Secretaria de Educação n° 884, em resposta ao CPERS Sindicato: 29/3/82.

<sup>6</sup> O jornal Correio do Povo (CP) tem sua fundação em 1895, sendo uma entidade empresarial centenária. O Sr. Caldas Júnior, sergipano, com experiência em outros jornais, levantou capital necessário para empreender o início do Correio entre o comércio da cidade de Porto Alegre. O nome escolhido para o periódico se deu em função de uma mudança ocorrida naquele período na imprensa sul rio-grandense, marcada até então por jornais claramente de tendências partidárias ou vinculações oficiais. Mesmo nascendo pequeno, liberal e oposicionista na época, o CP tinha indiscutíveis raízes no patriciado rural, mais por vocação do que por origens do fundador. CP investiu em tecnologia com noções empresariais e capitalistas de gestão que o colocou na vanguarda de sua época, liderando seu segmento até os anos 1980. Inovou também na seleção de notícias curtas e objetivas no corpo do jornal e na ideia de um jornal informativo e não opinativo (ver RUDIGER, 1993 e GALVANI, 1995).

Sul seja um estado tranquilo, onde os pais possam enviar seus filhos para a escola sem sobressaltos (CP, 3/3/82, p. 28).

Na mesma página, a posição de rigor do Secretário de Educação era explicitada: “(...) a posição do Governo será diferente daquela das duas outras paralisações, uma vez que pretendemos agir dentro da lei, que proíbe a greve nos serviços essenciais e ao funcionalismo público”. O mesmo representante do governo estadual ameaçou os grevistas em seu discurso: “se houver greve, efetivamente, (...) procuraremos detectar os incitadores da paralisação para as punições cabíveis (...). Se os professores forem insensíveis às dificuldades do Governo e atenderem ao apelo da entidade de classe, a intervenção pode ocorrer” (CP, 21/3/82, capa).

Por todo o contexto anteriormente destacado, a legitimidade do movimento, conseguida em 1979 e 1980, desta vez não se consolidou. Assim, a repressão orquestrada pelo regime e seus representantes conseguiu sair vitoriosa. Tal debate também ocorreu na Assembleia Legislativa estadual e merece ser observada.

### **O debate legislativo**

Os anais da casa legislativa registraram no período da greve docente de 1982 debates radicalizados entre as posições da situação governista da época, o PDS – Partido Democrático Social – e a oposição então dividida entre PDT – Partido Democrático Trabalhista – e PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Na 13ª Sessão, de 17/3/82, houve o debate entre os deputados estaduais sobre a assembléia do dia seguinte. Representantes do PDS destacavam a ampliação dos espaços democráticos naquela altura, mas temiam abusos por parte dos professores: “(...) é um sinal evidente cabal e irretorquível de que vivemos em um país em plena abertura política, num momento de aperfeiçoamento, pois só em países onde existe liberdade é que tais movimentações são possíveis de serem realizadas”.

O deputado, em seu discurso seguiu com o tema:

(...) mas permito-me fazer alguns alertas, pois entendo que esta classe está entrando numa escalada de desafios que pode prejudicar o bom nome e a imagem de tantos anos, com tanto carinho cultivada pelo nosso Professorado. (...) Ainda ontem, o 1º Vice-Presidente do CPERS disse que a Assembléia de amanhã será uma oportunidade de vingança. (...) Contra uma Lei aprovada nesta casa (...) por Deputados do PDS, PDT e PMDB. (...) É claro que o Projeto não tenha, talvez, atendido a todas as reivindicações, mas é um Projeto que na média é o melhor que o Governo poderia apresentar ao magistério do Rio Grande (Comunicação dep. Guido Moesch, PDS, p. 325).

Vale ressaltar que o orador ainda destacou que o magistério teve cerca de 1400% de reajuste médio desde 1979 e o governo estadual salientou nos debates com seus deputados que agirá dentro da Lei, onde a Lei de Segurança Nacional poderá ser usada, devido a ilegalidade do movimento.

Tal posição se confirmou ainda em outros discursos da bancada do PDS na sessão: “Governar é resolver pressões, mas essas não podem chegar ao ponto de prejudicar uma comunidade (...) de desafiar uma autoridade constituída, um organismo constituído, a pretexto de insaciedade de determinados dirigentes (Comunicação dep. Rubi Diehl, PDS, p. 328)”.

A ‘politização’ do movimento, arguida pelos governistas, também teve seu destaque pelo deputado líder do governo:

O CPERS hoje em dia é um comitê eleitoral do PMDB. Todo mundo sabe disso. Quem é que não sabe? (...) É o Sr. Carrion, candidato a deputado, ocupando a televisão do Canal 2, falando sobre economia, dando aula para o povo do Rio Grande todo dia. É o Dr. Zanetti, que capitaneia o professorado do Brasil inteiro. É a dona Zilah Totta, com a batuta, ex-Secretária do Governo do Meneghetti, que agora passou para o outro lado. E tem mais gente, a D. Teresinha Noronha que já foi Presidente e agora apresenta-se como candidata a Deputa estadual a esta Assembléia Legislativa. Então, estamos discutindo com o comitê eleitoral que não tem qualquer interesse que esse assunto seja resolvido para que? Se isso resolver vai acabar a argumentação política (...) (Comunicação de líder – dep. Pedro Américo Leal, PDS, p. 334/5).

Com a confirmação da greve, os discursos se acirraram entre os representantes estaduais. Na 15ª Sessão, em 19/3/82, a tônica foi a condenação ou a busca da legitimação do movimento. A bancada governista cumpriu seu papel ao condenar a greve: “Estamos diante de uma nova greve do magistério com conotações completamente diferentes das anteriores. (...) a chamada paralisação do magistério não é somente contra o Governo, mas é contra também o Poder legislativo”.

Com estes argumentos, o deputado buscava desqualificar a greve docente ante o legislativo: “Assim, não há o que intermediar. O Governo cumpre a Lei e o Centro de Professores está se utilizando de uma categoria para interesses meramente demagógicos e eleitoreiros”. Preocupado com a ‘politização’ do movimento, o deputado concluiu: “a nossa bancada está preocupada, isto sim, com interesses do nosso estado, das nossas crianças, com o bem-estar da sociedade rio-grandense” (Comunicação do dep. Rubens Ardenghi, PDS, p. 367/8).

Os discursos de apoio a greve das bancadas de oposição são mais moderados, se comparados a anos anteriores. Mesmo o deputado Romildo Bolzan, PDT, tradicional defensor da categoria e também profissional da educação estadual parecia mais defensivo:

Vejam que estou falando neste instante não na minha maneira de ser; estou procurando falar com muita calma, transmitindo muita sensibilidade, porque este momento, para mim, que sou professor, é muito grave. (...) temos consciência das dificuldades do Governo do Estado quanto ao setor financeiro, e tudo isso seria suscetível de discussão, de análise e de um acordo através de um diálogo (Comunicação do dep. Romildo Bolzan, PDT, p. 371/2).

As ameaças ao sindicato partiram oficialmente do governo e da boca dos deputados da situação na 17ª Sessão, em 23/3/82. A polarização ao tema se deu no plenário de forma dura. A oposição cobrava que o PDS cumprisse seu programa de redemocratização do Brasil: “A paralisação (...) faz, desencadear, nos últimos dias, por parte do governo de Estado e do Governo Federal, uma série de ameaças aos professores, ameaças essas inclusive concretizadas ontem, com a demissão de quatro diretores”. A cobrança segue, em tom de ironia: “Parece-me que o Sr. Amaral de Souza<sup>7</sup> é filiado ao PDS; parece-me que (...) General Figueiredo, é presidente de honra do PDS (...) no entanto seu programa não é cumprido” (Comunicação dep. Antenor Ferrari, PMDB. p. 392/3).

Apesar de tentar ferir politicamente o partido do governo, a oposição parecia sem forças ante o contexto repressivo que se aproximava. O debate sobre a intervenção no CPERS entrou na pauta de forma direta. O governo dizia conceder uma chance aos professores retornarem ao trabalho:

(...) quero deixar bem claro: o Rio Grande concedeu esta suspensão e intercedeu a pedido do Deputado Nelson Marchezan por ela, mas vai aguardar a decisão dessa assembléia geral de emergência provocada hoje e deixa muito claro que, se for para uma mera estratégia para reencetar outra atividade contestatória, aguardando, por exemplo, a participação de outros setores inclusive de outros estados, de outros setores do funcionalismo e até da vida sindical privada, não vai dar bom resultado (Comunicação dep. Rubi Diehl, PDS, p. 408).

Em resposta, o deputado do PMDB chegou a comparar a postura governista com o fascismo: “O comportamento de V. Ex<sup>a</sup> envergonha a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. O comportamento de V. Ex<sup>a</sup> é o comportamento do dedo-duro, é um comportamento fascista”. A ‘degola’ de Lula, ocorrida nas greves do ABC foi apontada como exemplo na

---

<sup>7</sup> Governador estadual, do PDS, na ocasião (nota do autor).

proposta de fechamento da entidade sindical: “(...) gostaria de estar intervindo e nomeando interventor lá, no CPERS. V. Ex<sup>a</sup> é um 'verdugo' do professores do Rio Grande do Sul e sabe muito bem disso (Comunicação do dep. Carlos Augusto de Souza, PDT, p. 408/9).

Depois da greve de três dias, as punições foram objeto de debate na 19ª Sessão, em 25/3/82. A oposição buscava argumentar que “(...) o Governo não tem motivo nem qualquer razão para aplicar punição ao nosso professor”. As decisões da categoria foram destacadas: “depois de uma assembléia, o magistério reunido (...) decidiu dar fim a esse movimento e voltar ao trabalho, condicionando, inclusive a não punição a seus colegas professores” (Comunicação do dep. Walter Troina, PMDB, p. 435).

O PDS optou por não comentar a situação nesta sessão, e a oposição buscou reagir com firmeza. Vale ressaltar que as bancadas da oposição tinham maioria, caso somadas. Assim o PDT e PMDB ameaçaram a aprovação de projetos de interesse do governo: “Convém que se saiba que se tome conhecimento de que a bancada do PDT, juntamente com a Bancada do PMDB, (...) poderá também, se for o caso, dificultar a aprovação de projetos de interesse do Governo nessa casa” (Comunicação dep. Romildo Bolzan, PDT, p. 436).

A liderança do PMDB somou-e a iniciativa pedetista colocando em pauta sua maioria: “(...) o PMDB está identificado com o PDT e solidário com o PDT nesse gesto (...) que é preciso respeito aos professores, que é preciso respeito aos padrões de conduta e moral e dignidade de toda a coletividade rio-grandense” (Comunicação da liderança do PMDB).

É possível considerar que tais ameaças ajudaram a refluir o ímpeto repressor do governo em tempos de enfraquecimento do regime militar, apesar da manutenção da legislação repressiva. De qualquer forma, a derrota da greve ficou clara para todos os envolvidos, pois houve o recuo pretendido pelos administradores estaduais.

### **Observações finais**

O exemplo narrado neste artigo demonstrou a manutenção de aspectos autoritários do regime militar mesmo no ano de 1982. Apesar da agonia deste regime e do encaminhamento de determinada abertura, era questão de honra não ceder aos trabalhadores organizados, em especial num ano eleitoral. A manutenção do chamado ‘entulho autoritário’ merece uma reflexão, até por que o mesmo se manteve por vários anos ainda, até a constituição de 1988, ao menos.

Assim que pôde, a partir da fragilização da greve e de uma leitura de um contexto favorável ao governo, este reuniu suas forças para golpear o movimento e demonstrar quem

comandava ainda. A derrota da greve refluíu os movimentos docentes até o ano de 1985 no Rio Grande do Sul, quando houve uma nova greve, agora contra um governador eleito do PDS.

As lições de 1982 ficaram.

### Fontes

Anais legislativos, março de 1982

Edições do Jornal Zero Hora, março de 1982.

Edições do Jornal Correio do Povo, março de 1982.

### Referências

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80.** São Paulo: Editora Ensaio & Campinas: Editora UNICAMP, 1988.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa Estado Autoritário (1968-1978).** São Paulo: EDUSC, 1999.

CAUBET, Christian G. A Nova República em seu contexto Americano: dos golpes dos 60 às democratizações dos 80. IN: **Encontro Anual ANPOCS. São Paulo: 20 a 24/10/1986.**

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. **Indústria de Notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.

GALVANI, Valter. **Um século de poder: os bastidores da Caldas Jr.** Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1995.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda – jornalistas e censores, do AI 5 à constituição de 1988.** São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

LAMOUNIER, Bolívar (org). **De Geisel a Collor: o balanço da transição.** São Paulo: Editora Sumaré, 1990.

REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade – 1964-1984.** Londrina: Editora UEL, 2001.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira.** São Paulo: Editora UNESP, 1993.

RUDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo.** Porto Alegre: Editora da Universidade, 1993.

SALLUM JR., Brasília. **LABIRINTOS: dos generais à Nova República.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura à Nova República**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

**c. Dissertações consultadas.**

DUQUE, Luís Guilherme Ritta. **Hei de vencer, mesmo sendo professor: o CPERS e o magistério público estadual do RGS, 1972-1979**. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em História: Porto Alegre, 1998.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Sindicato e projeto pedagógico. A organização e as lutas dos professores públicos estaduais do Rio Grande do Sul, de 1945 a 1991**. 228 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em História: Porto Alegre, 1993.

PETERSEN, Áurea Terezinha Tomatis. **Movimentação grevista no Rio Grande do Sul (1980-1983)**. 360 f. Dissertação (Mestrado) – PUCRS. Instituto de Estudos Sociais, políticos e econômicos: Porto Alegre, 1984.

SOARES, Vânia Fonseca. **A abertura política e os movimentos sociais em Porto Alegre (1979 - 1985)**. 146 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em História: Porto Alegre, 2002.